

Como virar um sócio

MARIANA HORNO

Gerente da Robert Half, líder mundial em recrutamento especializado

Em qualquer profissão é importante que o profissional tenha em mente objetivos claros para a carreira em curto, médio e longo prazos. São questões passíveis de mudanças, mas que dão diretrizes e servem de parâmetro para julgar se a carreira está, de fato, respondendo ao planejado, bem como garantem subsídios para diagnosticar os porquês envolvendo a carreira, além de auxiliar e redefinir novos rumos com dinamismo, quando necessário. Na área jurídica não é diferente. Seja para a carreira em bancos, empresas ou escritórios, é preciso haver um planejamento para alcançar o sucesso desejado de forma mais fácil, evitando frustrações futuras. Quando se pensa no profissional que volta à carreira para escritórios, o grande objetivo para a maioria é um dia ter condições de se tornar um sócio.

Antes de entender qual é o perfil de um sócio, é preciso conhecer a trajetória do profissional dentro de escritórios. O primeiro atributo indispensável é a formação em primeira linha. Ao longo

do tempo, os títulos de mestre e doutor, entre outros certificados, dependendo do perfil dos escritórios, formam um caminho natural. Cursos no exterior são muito bem-vindos também. O que se observa com frequência

é que o profissional, ano após ano, torna-se cada vez mais técnico e, em geral, especialista em um determinado assunto ou segmento. Em certo ponto da carreira, quando já se adquiriu uma boa experiência na área, enfim, surge o desejo de ser um sócio. A pergunta que deve ser posta é: qual seria a atuação de um sócio? A função deste profissional, além do domínio da técnica previamente mencionado, é, em suma, trazer receitas ao escritório, realizar prospecções e manter relacionamento com os clientes atuais, fidelizando-os. Para exercer essas atividades, é essencial que o profissional tenha aspectos comportamentais como visão comercial, empreendedorismo, atenção às tendências atuais e esteja familiarizado às áreas mais aquecidas do mercado.

O paradigma está justamente neste ponto. Há que se entender que o dia o dia do trabalho em escritório vai, sem dúvida, exigir que o profissional seja um especialista e um profundo conhecedor técnico. A tendência dessa rotina é distanciar, ao menos do ponto de vista comportamental, do que se espera do perfil de um sócio. Por essa razão, se o advogado almeja ser sócio, é indispensável que, ao longo da carreira, ele se preocupe com o desenvolvimento profissional voltado ao seu objetivo, incorporando habilidades de comunicação interpessoal e competências ligadas à área comercial. Outro ponto fundamental é saber fazer a leitura correta do ambiente em que trabalha, ou seja, compreender se há compatibilidade de valores e filosofia de trabalho, para que um dia possa se tornar um sócio.

Estímulo à inércia?

CARLOS ALBERTO CHIARELLI

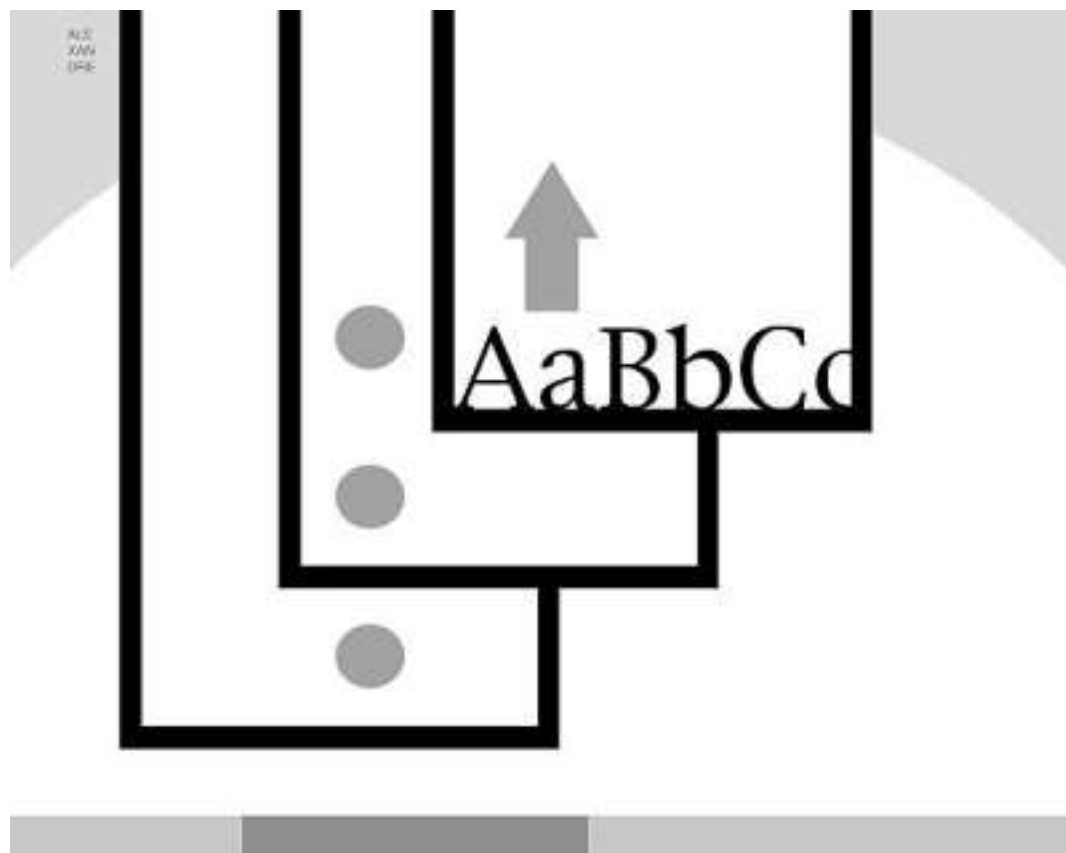
Presidente da Associação da Cadeia Produtiva de Educação a Distância (Aced), ex-ministro da Educação, doutor em direito



A ideia de extinguir a possibilidade da repetência nas três primeiras séries do ensino fundamental é muito séria. Preocupante, aliás. O que justifica manter este assunto em debate para que a sociedade como um todo – inclusive os pais das crianças – veja-se suficientemente informada e possa, de forma consciente, posicionar-se. Há uma lógica ameaça e/ou um claro perigo nessa inovação surpreendente, apesar de certas manifestações acadêmicas que aduzem argumentos, sem comprovação prática, defenderem a valia da iniciativa. O risco inicial está na tendência natural, pela irrevogável Lei da Inércia, de que o ritmo de ensino e aprendizado de uma turma acabe ficando lento. Obviamente será calibrado pela velocidade do interesse no aprendizado dos menos dotados e/ou dos mais desinteressados, sobre os quais não recairá a cobrança da avaliação.

Portanto, esta ação vai nivelar por baixo, em vez de estimular os alunos a superar as dificuldades e ascender. Essa é uma estratégia não recomendável e perniciososa. A inexistência de apreciação do mérito de cada aluno tira da criança, na tenra idade, o fundamento inicial da responsabilidade, da existência de deveres, além dos direitos, criando um não dever no qual não se identifica uma razão estimulante para o aperfeiçoamento. Enfim, desvaloriza o saber. Arriscar-se, ante esse critério do “deixa a vida me levar”, é implantar, já na primeira relação sistêmica da pessoa, que o processo educacional se torne um descompromisso, o império banalizante da mediocridade. Neste momento em que professores sofrem com o desestímulo salarial, com a preparação, em regra, deficiente para a sala de aula e em que a família – em muitos casos – mostra-se desarticulada ou incapaz de dar a retaguarda de que carece a meninada – a escola se transforma – diante de tantas tristes e lamentáveis notícias – em arena de confrontos, desaparecem a hierarquia, a disciplina e o respeito, que são substituídos pela violência do absurdo do bullying, transformando a docência em atividade de alto risco ou de total leniência. Para mim, é incompreensível que, diante desse contexto, em vez de medidas restauradoras de valores éticos e culturais básicos, caminhe-se para o facilitário da promoção automática.

Ao se olhar o exemplo de um país que perdeu a guerra e hoje é potência, como o Japão, descobre-se por que ganhou a paz. Um fantástico esforço educacional foi montado sobre as cinzas ainda fumegantes das bombas atômicas



cas de Hiroshima e Nagasaki: aumento dos dias do calendário escolar, mais hora/aula, qualificação extremada do corpo docente, verbas prioritárias e significativas para a educação e reposição do aprendizado. Os resultados obtidos dispensam comentários.

E foi o que fizeram os Tigres Asiáticos. A própria Coreia do Sul, apesar de abalada por uma guerra sangrenta que a dividiu, promoveu o desenvolvimento a partir desse capítulo inicial. Esse é o modelo das nações com êxito, nas quais se adotou o princípio da aprovação por mérito e não a proposta que se apresenta aqui e agora. Como se diz no ditado da jabuticaba, que só tem no Brasil, com essa prática também será assim. A medida, vinda de cima para baixo, inspirada no Conselho Nacional de Educação (CNE) e apadrinhada pelo Ministério da Educação (MEC), é recomendada – mas pelo menos por enquanto não obrigatória – aos estados e, sobretudo, aos municípios, estes os grandes responsáveis pelo ensino público de

primeiro grau no Brasil. O meu desejo é que os que estão no verdadeiro front dessa guerra pacífica da educação (professores, diretores, prefeitos e pais deste imenso país) façam ouvidos de mercador à insensata sugestão de Brasília, para evitar que se tenha, em breve, o

Extinuir a possibilidade da repetência nas três primeiras séries do ensino fundamental é uma ideia preocupante

disparate de oficializar o analfabetismo na quarta série do ensino fundamental. Em vez dessas manifestações formais, teóricas e carentes das exigências numéricas, o imprescindível são ações que melhorem de verdade a qualidade de ensino e ajudem no desenvolvimento das crianças.

Além da indispensável avaliação do mérito, impõe-se investimento em um ensino qualificado e no verdadeiro aprendizado. O governo que se afaste de atitudes de irresponsabilidade e invista em novas tecnologias educacionais, que, entre outros procedimentos, ajudarão o Brasil a ser um país em que se ensina melhor e em que se aprende mais.

Educação ainda na contramão

MARCO ANTÔNIO SILVA

Professor de história, doutorando em educação pela UFMG

Há alguns meses, a imprensa internacional repercutiu a baixa qualidade do ensino brasileiro. O *New York Times* afirmou que a tarefa monumental de Dilma Rousseff será arrumar o problemático sistema educacional. O *Le Monde* qualificou de medíocre a nossa educação pública. Por ocasião do início das aulas da rede pública de ensino, a presidente retomou o assunto dizendo que dará prioridade à qualidade do ensino e à valorização do magistério, para que a educação seja um instrumento de construção de um Brasil rico e próspero. Até aí não há novidade. Há tempos, ouvimos o discurso de que é preciso valorizar os professores brasileiros. Entretanto, historicamente, essas políticas nunca foram implementadas nas grandes redes públicas municipais e estaduais de ensino que atendem a grande maioria dos estudantes brasileiros.

Apesar disso, temos experiências significativas como a dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), que há muito tempo oferecem um ensino de excelência. A receita é simples: professores motivados, com boa remuneração e tempo disponível para estudo e pesquisa. Essa receita, porém, não vem sendo

implementada nas políticas públicas. Vejamos dois exemplos. O Ministério da Educação (MEC) constatou que os jovens egressos do ensino médio não estão optando mais pela carreira do magistério. Nesse ritmo, em poucos anos, o professor será um profissional ameaçado de extinção. A solução encontrada para o problema foi grotesca. Uma forte campanha publicitária vem encorajando os jovens a se tornarem professores. De fato, um país que não oferece bons salários e condições de trabalho adequadas aos seus educadores precisa mesmo de jovens muito corajosos para abraçar o magistério. O outro exemplo é municipal. As escolas da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) atendem muitos adultos que geralmente não tiveram condições para concluir o ensino fundamental na juventude. Cientes da falta que a escolarização e o conhecimento fizeram em suas vidas, decidiram voltar a estudar.

Entretanto, fatores como a inércia provocada pelos anos sem estudar, o cansaço gerado pelo trabalho pesado e a falta de incentivo dos que acreditam que o estudo não é algo para os mais velhos dificultam essa retomada. Para o sucesso desses estudantes, é importante que professores estejam preparados para auxiliá-los na reconquista da autoconfiança e, sobretudo, tenham competência técnica para

levá-los a aprender. Para isso, é necessário que estudem e planejem atividades para turmas que contam com adultos em diversos estágios e ritmos de aprendizado que demandam um atendimento excessivamente individualizado. Para desenvolver esse trabalho, os professores têm um tempo remunerado, que muitos inclusive acham insuficiente. O tempo extra dos professores de crianças e adolescentes, por sua vez, é menor ainda. Para acabar com essa diferença, a Secretaria Municipal de Educação resolveu reduzir parte do tempo extra dos professores de adultos e redistribuí-lo aos demais.

A imprensa internacional tem mesmo razão. Nosso sistema educacional é complicado e medíocre. Para ampliar o tempo extracurricular dos professores das turmas regulares, a saída encontrada foi deteriorar as condições de trabalho dos outros profissionais. Para retirar a nossa educação da mediocridade, a presidente precisa mostrar aos gestores do sistema que é necessário pensar grande. Não temos outra saída. É preciso investir na educação e no professor. Só assim teremos escolas públicas de qualidade para todos os brasileiros e não apenas aos que conquistaram merecidamente uma vaga nos rigorosos processos seletivos dos Cefets.

S/A ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

DIÁRIOS ASSOCIADOS

A vida com mais conteúdo

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

SUCURSAL SÃO PAULO
Rua Funchal, 411- 2º andar - sala 23 - Vila Olímpia
Tel: (11) 3045-4921 - Fax: (11) 3055-2110
e-mail: sucursal.sp@uai.com.br

SEDE
Avenida Getúlio Vargas, 291 - Funcionários,
Belo Horizonte-MG-Cep 30112-020

TELEFONE GERAL

(31) 3263-5000

Filiado ao Instituto Verificador de Circulação

SUCURSAL RIO DE JANEIRO
Rua do Livramento, 189 - 8º andar - Sala 24 - Saúde
Tel: (21) 2263-1945 - Fax: (21) 2263-2045
e-mail: sucursal.rj@uai.com.br

TELEFONES DE APOIO

Redação (31) 3263-5330	Cultura - TV - Pensar e Divirta-se (31) 3263-5126
Editorias:	Fotografia (31) 3263-5214
Gerais (31) 3263-5244	Turismo (31) 3263-5333
Política (31) 3263-5293	Informática (31) 3263-5360
Economia e Agropecuária (31) 3263-5103	Veículos (31) 3263-5078
Esportes (31) 3263-5313	Bem Viver, Gurilândia e Guia de Negócios (31) 3263-5048
Internacional (31) 3263-5301	Feminino & Masculino (31) 3263-5260
Opinião (31) 3263-5373	

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Belo Horizonte (31) 3263 5800
Outras Localidades 0800 031 5005

DISTRIBUIDOR DE ASSINATURAS INTERIOR

0800 283 5062

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VENDA AVULSA

Capital e Contagem - (31) 3263 5830
Interior de Minas Gerais - 0800-283-5062
Telefax - Circulação: (31) 3263 5961

DEPARTAMENTO DE COBRANÇA

(31) 3263-5103

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(31) 3263-5501 e (31) 3263-5224

AGÊNCIAS

O ESTADO DE MINAS trabalha com as seguintes agências de notícias: Agência Estado, Agência O Globo, Agência Folha, France-Press e Reuters.

PARA ASSINAR LIGUE

Belo Horizonte
(31) 3263 5800
Outras Localidades
0800 031 5005

TABELA DE PREÇOS

Localidade	VENDA AVULSA (R\$)	
	2ª o sábado	Domingos
MG, SP, RJ capital	2,00	3,00
RJ (interior), ES e DF	3,00	4,00
Outros estados	4,50	6,00

PARA ANUNCIAR LIGUE

Classificados
Pequenos Anúncios Fonados
(31) 3228-2000

D.A PRESS MULTIMÍDIA

ATENDIMENTO PARA VENDA E PESQUISA DE IMAGENS:

Pessoalmente: SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Cobertura - 70610-901 - Brasília - DF, de segunda a sexta, das 13 às 17h

E-mail, fax ou telefone: (61) 3214.1575/1582 | 3214.1583 | dapress@dabr.com.br
De segunda a sexta, das 10 às 0h / sábados, 14 às 20h / domingos e feriados, das 16 às 22h